|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | A preencher pelos  serviços administrativos |
|  | Registo SGD nº |
|  |  |
|  | Data |
| Exmº. Senhor  Presidente da Câmara Municipal de Coimbra |  |  |
|  | Processo nº |
|  |  |
|  | Guia n.º |
|  |  |

instalações de armazenagem de combustíveis –licenciamento simplificado/não sujeitas a licenciamento

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE/COMUNICANTE

NOME

cartão de cidadão CC/BI       Validade       contribuinte NIF/NIPC

telefone       TELEMÓVEL

e-mail

residente/com sede em

freguesia

código postal       —       localidaDe

Na qualidade de:

Proprietário Arrendatário  representante da firma OUTRO

DO PEDIDO

VEM REQUERER / apresentar

Licenciamento

Processo para instalações não sujeitas a licenciamento

tipo de instalação

Reservatório(s) para:

GPL Capacidade

Gasóleo Capacidade

Gasolina Capacidade

Outro Capacidade

Parque de armazenamento de garrafas GPL (gás propano e butano comercial)

Capacidade      N.º de garrafas:

Outros produtos derivados do petróleo:

Asfaltos Capacidade

Massas lubrificantes Capacidade

Óleos Capacidade

Solventes Capacidade

Parafinas Capacidade

Outro Capacidade

fim a que se destina a instalação

Abastecimento público

Abastecimento próprio

Outro:

identificação do imóvel

Lote Prédio  Edifício  Estabelecimento

endereço

freguesia

código postal       —       localidaDe

Códigos de acesso:

Registo Predial:

Registo Comercial:

outro:

**Informação complementar:**

Existe para o local processo n.º

Titular do processo

MEIOS DE NOTIFICAÇÃO

AUTORIZO O ENVIO DE EVENTUAIS NOTIFICAÇÕES DECORRENTES DESTA COMUNICAÇÃO PARA O SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÓNICO:

e-mail

técnico autor do projeto: email

outro: email

OBSERVAÇÕES

     

PROTEÇÃO DE DADOS

Autorizo o Município de Coimbra a utilizar os dados fornecidos no presente requerimento no âmbito do processo a que se destina, bem como os contactos pessoais para a comunicação no âmbito deste e de outros processos.

PEDE DEFERIMENTO

O(s) requerente(s) ou representante legal / ASSINATURA       DATA

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

* Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro
* Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atualmente em vigor
* Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Taxas e Compensações Urbanísticas) – Regulamento n.º 381/2017, de 21 de julho de 2017 (RMUE)
* Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro, na redação atualmente em vigor.
* Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, na redação atualmenete em vigor.

**O pedido deve ser instruído de acordo com as normas de instrução de processo NIP 045 ou 047**